



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639877 - AC (2021/0011371-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MATHEUS DA COSTA MOURA E OUTROS
ADVOGADOS : WELLINGTON FRANK SILVA DOS SANTOS - AC003807
MATHEUS DA COSTA MOURA - AC005492
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA (PRESO)
CORRÉU : ANGELO GLEIWITZ MOREIRA SIRIANO
CORRÉU : DAVID DUARTE SOBRINHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar da Comarca de Rio Branco-AC.

O paciente foi condenado à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, como incurso no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.455/1997.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva do réu, seja pela ausência dos requisitos autorizadores da medida, seja pelo excesso de prazo da restrição de liberdade, o que autorizaria o relaxamento da prisão, nos termos do art. 5º, LXV, da CF/88.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, para que possa aguardar em liberdade o julgamento definitivo deste writ e do recurso de apelação interposto contra a sentença condenatória. No mérito, pugna pela concessão da ordem, a fim de tornar definitiva a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O writ não merece prosperar.

Isso porque o presente habeas corpus foi impetrado contra a sentença condenatória proferida pelo Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar da Comarca de Rio Branco-AC. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência